



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ref@cfh.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Silva, Carmen

Desafios das publicações feministas

Revista Estudos Feministas, vol. 21, núm. 2, mayo-agosto, 2013, pp. 625-635

Universidade Federal de Santa Catarina

Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38129105014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Carmen Silva
Universidade Federal de Pernambuco

Desafios das publicações feministas

Resumo: Por ocasião dos 20 anos da Revista Estudos Feministas, busco articular o debate sobre teoria e movimento social para apresentar alguns desafios que estão postos para as publicações feministas. Trato dos desafios ligados ao reconhecimento, à sustentabilidade, às linhas editoriais e à relação universidade e movimento. Concluo afirmando que o principal desafio das publicações feministas é articular a produção teórica e as pesquisas feministas às lutas e às formas organizativas que o movimento feminista constrói em cada contexto histórico.

Palavras-chave: feminismo; teoria feminista; movimentos sociais; publicações feministas.

Copyright © 2013 by Revista Estudos Feministas.

Comemorar os 20 anos da *Revista Estudos Feministas* é motivo de alegria e orgulho para o conjunto das organizações e movimentos feministas. Termos, no Brasil, uma revista acadêmica, feminista, há 20 anos, é uma demonstração do vigor com o qual o debate de ideias, a teoria e a pesquisa feminista se inseriram nas universidades brasileiras. Em toda a sua existência a REF tem pautado várias vertentes das teorias feministas, estudos de gênero e pesquisas sobre mulheres, tem contribuído com o debate sobre políticas públicas que efetivem direitos, tem provocado debates sobre os vários movimentos feministas e pautado temas fundamentais como a questão do poder, sexualidade, trabalho, violência, entre outros. Daí a importância da revista para manter em evidência, em especial no meio acadêmico, as causas feministas. O próprio nome da revista cumpre esta tarefa.

A *Revista Estudos Feministas* não é a única. Várias iniciativas deste porte têm sido levadas a cabo por grupos de estudos e núcleos acadêmicos em vários recantos do país. Também organizações da sociedade civil têm somado neste esforço. A revista *Cadernos de Crítica Feminista*, publicada há seis anos pelo SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, é uma delas, experiência a partir da

qual desenvolvo essas reflexões. Com isso, quero afirmar que o campo de publicações feministas no Brasil é um objeto de estudo bastante amplo, incluindo editoras, núcleos feministas de universidades, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, mas eu não vou abordar características deste campo para não me colocar um desafio maior do que me foi solicitado. Quero apenas pensar sobre os desafios das publicações feministas tendo em mente que elas podem ter cunho acadêmico e/ou político mais estritamente, porém, em quaisquer formatos que se apresentem, são instrumentos de difusão e reflexão sobre as causas feministas.

¹ GROSSI, 2004.

Há aproximadamente dez anos, por ocasião do décimo aniversário da REF, Miriam Grossi¹ escrevia sobre o lugar da revista em relação ao campo acadêmico de estudos feministas. Ela discutia a própria existência de um campo acadêmico feminista em função das divergências em relação a estudos de gênero ou estudos sobre a mulher. Miriam Grossi, à época, propunha nomear o campo como “estudos feministas, de gênero e de mulheres”. Talvez, dez anos depois, pudéssemos avaliar qual destes termos foi predominante na conformação do campo, mas, sem sombra de dúvida, esta noção ampla foi definidora dos conteúdos da revista.

Pensar sobre os 20 anos da *Revista Estudos Feministas* é, portanto, pensar como ideias feministas penetram na academia e na sociedade em geral. É também pensar nas mediações que operam para que isto se viabilize. Estas mediações eu chamo Movimento Feminista no sentido amplo, uma movimentação social capaz de comportar no seu interior núcleos de estudos acadêmicos, organizações da sociedade civil, grupos populares, redes de movimentos de mulheres, setoriais de mulheres de outros movimentos sociais, mulheres que atuam em partidos políticos, outras que atuam individualmente.

Hoje existe um debate estabelecido a partir da mídia que afirma que o feminismo não faz mais sentido sob alegação de que a igualdade já é uma conquista para as mulheres. Este é um problema permanente. Ao nos organizarmos em movimento social, nosso primeiro desafio é justamente justificar e conferir legitimidade pública à nossa causa. E por que lutam as mulheres? Sobretudo lutamos pelo fim da desigualdade entre homens e mulheres, que se dá em benefício deles e em detrimento de nós mesmas, e que é produto da imbricação entre os sistemas patriarcal, capitalista e racista. Lutamos por autonomia, liberdade e condições de vida que possibilitem igualdade de participação política e de produção de conhecimento, e usufruto dos bens materiais, culturais e naturais coletivos.

² ÁVILA, 2001.

Referindo-se à luta feminista contra o patriarcado, Maria Betânia Ávila² ressalta que este conceito está enredado em

uma trama histórica e social na qual se entrecruzam as variáveis de classe e raça. Partindo da análise de Celia Amorós, Betânia Ávila salienta “diferentes modalidades do sexismo que sofrem as mulheres no Brasil, como parte da do-minação patriarcal: violência sexual, segregação no mercado de trabalho, dupla jornada de trabalho, infra-representação nos postos de responsabilidade e decisão, etc”.

³ CAMURÇA, 2007.

Silvia Camurça³ propõe considerarmos quatro mecanismos através dos quais o sistema de dominação sobre as mulheres se reproduz a cada dia: a prática da violência para subjugar-las; o controle sobre o corpo, a sexualidade e a vida reprodutiva; a manutenção da situação de dependência econômica com a divisão sexual do trabalho; e a permanência, no âmbito do sistema político e das práticas sociais, de interdições à participação política das mulheres. Ela acrescentou a estes elementos as dificuldades que nós mulheres enfrentamos como sujeitos do conhecimento, uma vez que as instituições legitimadoras seguem os tradicionais padrões patriarcais de normatização do que é tido como válido.

Compreender, descrever ou explicar a opressão e exploração das mulheres e lutar pela sua superação é a razão primeira da teoria feminista. Quais elementos são de fato produtores e quais são mantenedores desta situação de desigualdade é uma questão em aberto. Arriscaria dizer que os mecanismos ligados à sexualidade e à reprodução biológica e aqueles ligado ao trabalho estiveram na gênese da desigualdade entre homens e mulheres, porém sem a violência sexista e as interdições à participação política e à legitimidade da produção de conhecimento possivelmente não teriam se mantido com tanto vigor.

Estes mecanismos têm em comum o fato de serem formas de expressão do poder dos homens sobre as mulheres, ou seja, expressões do modo de organização patriarcal. No que diz respeito às condições de vida expressam também a exploração do trabalho e o desvalor que é atribuído às mulheres, e na realidade brasileira precisamos salientar que se agravam se olharmos estes elementos a partir da realidade de mulheres negras, que são o grupo social mais empobrecido e vilipendiado na sua constituição como sujeito.

A compreensão sobre o patriarcado como um sistema de poder dos homens sobre as mulheres⁴ exige não apenas uma explicação consistente sobre as razões desta dominação como também sobre as formas como ela se expressa atualmente nos diferentes contextos sociais. Temos chamado a isso de *formas neopatriarcais*, no sentido de que, no atual momento histórico, a expressão do patriarcado tem nuances diferenciadas como, por exemplo, a exploração midiática da imagem feminina, a utilização pelo Estado de serviços gratuitos das mulheres para efetivação de políticas públicas,

⁴ Sylvia WALBY apud Terry LOVELL, 1996.

o controle e exploração do corpo via tecnologias de reprodução, as técnicas e produtos ligados ao padrão estético hegemônico, as barreiras específicas para migração e acesso a trabalho em outros países que não os seus de origem e/ou o tráfico de mulheres.

A teoria feminista, em suas várias vertentes, tentou responder à questão “quais estruturas sociais e processos de interação mantêm a dominação masculina e a subordinação feminina?”.⁵ As respostas a esta pergunta articulam-se com uma compreensão geral sobre a estruturação da sociedade e sobre a produção do conhecimento. Elas dão maior ou menor ênfase a uns ou outros elementos (mecanismos) citados acima, os quais observamos no cotidiano como sendo determinantes na vida das mulheres. Estas respostas conformam diferentes correntes do pensamento feminista e articulam-se também com a ação dos movimentos, suas diferentes prioridades políticas, estratégias e modos de atuação. A prática política segue, portanto, sendo objeto de análise teórica e, ao mesmo tempo, alimentando as respostas que buscam explicar a situação das mulheres.

Esta rápida abordagem das questões que considero fundamentais da teoria feminista serve para justificar a importância de termos publicações capazes de instituir este debate, tanto no âmbito acadêmico como na sociedade em geral e, mais especialmente, entre as mulheres participantes de movimentos feministas. É útil também para refletirmos sobre os desafios das publicações feministas no contexto brasileiro. Por desafios eu entendo problemas que temos de lidar cotidianamente para criar e manter publicações com este caráter, problemas que não nos paralisam; pelo contrário, nos estimulam a seguir em frente, como tem feito a *Revista Estudos Feministas* nestes 20 anos.

Mas o que são publicações feministas? No meu entendimento são aquelas que assim se declaram. Podem ser revistas acadêmicas ou boletins de movimentos de mulheres, livros com relatórios de pesquisa ou blogs de ativistas, impressas ou eletrônicas, desde que se entendam como publicações feministas em sua linha editorial. Não há um registro oficial que as designe e classifique, ainda bem. Podem se localizar no interior do cânone acadêmico, divulgarem saberes desviantes ou serem instrumentos de mobilização política. Infelizmente são poucas e atingem poucas pessoas, mas, mesmo assim, têm sido capazes de permanecer no tempo e de instituir questões feministas publicamente.

Os desafios das publicações feministas no contexto brasileiro atual podem ser organizados em quatro tipos de desafios ligados ao reconhecimento, à sustentabilidade, à linha editorial, e à relação entre academia e movimento

⁵ Robert BRUY et al., 2006.

social. Mas vale salientar que todos estes tipos se entrecruzam para manutenção ou não das publicações que surgem. E todos eles devem ser objeto das preocupações do conjunto do movimento feminista, uma vez que as publicações têm forte incidência na formação teórica e política de militantes destes movimentos.

Quando falo em desafio de reconhecimento estou me referindo tanto à sociedade como ao Estado. Entendo que as publicações feministas não são suficientemente reconhecidas sequer entre as próprias feministas. Apesar da iniciativa da rede de publicações feministas, não há entre as organizações editoras um constante intercâmbio e divulgação que gere o fortalecimento do campo. O mesmo pode ser dito se pensarmos separadamente no campo acadêmico e no campo dos movimentos sociais. As publicações feministas provenientes destas duas áreas não circulam com tranquilidade entre seus pares nestes dois campos. Em vários congressos acadêmicos em áreas correlatas não se encontra uma banca de vendas de publicações feministas. O mesmo ocorre em vários encontros de movimentos sociais nos quais não se encontram publicações de outros movimentos e as revistas acadêmicas feministas não chegam a penetrar. O desafio do reconhecimento exige, pois, um enorme trabalho de divulgação e de articulação política. Para que a sociedade confira valor ao feminismo como importante sujeito da construção da democracia, é importante que os vários lócus de atuação se articulem no trabalho de difusão do pensamento feminista.

O Estado brasileiro demonstrou reconhecimento da desigualdade entre homens e mulheres e das propostas feministas para superação ao instituir as políticas para mulheres e criar um organismo de governo para efetivá-las, a Secretaria de Políticas para Mulheres. Todavia, isso não significa, em escala suficiente, o reconhecimento da pertinência do valor do conhecimento feminista. Tanto é assim que o financiamento de pesquisa e publicações feministas estão aquém do desejado e são voltadas quase que exclusivamente para o ambiente acadêmico ou para subsidiar a implantação das políticas públicas, não reconhecendo, portanto, conhecimentos gerados em outras esferas de atuação pública.

De certa forma, o problema do reconhecimento se relaciona com o desafio da sustentabilidade. O baixo investimento público e voltado quase exclusivamente para as universidades é um problema para sustentabilidade das publicações feministas, no sentido largo que as entendemos. Porém, a própria ordem burocrática e produtivista que domina o modo de produção e difusão do conhecimento atualmente nas universidades brasileiras é também parte

deste desafio. A submissão do conhecimento feminista a esta forma organizativa predominante, com as exigências quantitativas e de indexação, é uma contradição, em termos, com a rebeldia própria do pensamento feminista e sua contradição permanente com a Ordem.

Nas organizações da sociedade civil, e entre elas nos movimentos sociais feministas, o desafio da sustentabilidade não opera de forma muito diferente. É sabido que as mudanças nas orientações da cooperação para o desenvolvimento no plano internacional têm levado ao fechamento ou reestruturação de várias organizações. No marco jurídico brasileiro que regula as organizações os problemas são imensos. Exemplo significativo é o financiamento de projetos por parte do Estado sem que as organizações possam pagar pessoal próprio e tenham que contratar terceiros, mas sem garantir os encargos sociais. Falta uma política de fomento para produção de conhecimento e difusão de ideias feministas que garantam sustentabilidade às publicações e mesmo às organizações que as produzem.

Criar espaços de discussão entre as publicações feministas é um caminho para refletir sobre outro desafio: as linhas editoriais. Muitas vezes esforços poderiam ser somados para atingir o mesmo objetivo. As publicações acadêmicas, além de socializar as pesquisas e debates teóricos, são posicionadas politicamente, dão evidência para uma ou outra questão teórica ou política, divulgam posicionamentos sobre os momentos conjunturais, e, neste sentido, são fundamentais para a formação feminista, na academia e nos movimentos sociais. As publicações dos movimentos e organizações também atuam da mesma forma, dirigindo a difusão que fazem a partir de seus interesses políticos. Embora óbvio, considero importante salientar o caráter político das linhas editoriais das publicações feministas, e suas influências sobre a formação de gerações, no sentido de que pensar sobre isso é necessário para entender as diferentes ênfases de temas e questões que são pautadas.

Particularmente considero importante avançarmos coletivamente na ampliação do espaço na nossas publicações para a experiência feminista latino-americana, tanto de sua produção teórica como da produção política dos movimentos sociais, a exemplo do debate sobre o feminismo pós-colonial. Também nos desafia abrir espaço para a memória das lutas das mulheres e sobre a reflexão teórica e política sobre os movimentos de mulheres, tanto no aspecto organizativo como de atuação pública.

Todos estes desafios se articulam com a reflexão sobre as universidades e a sociedade, ou mais precisamente, entre feministas que atuam nos núcleos de pesquisa 'feministas, de gênero e de mulheres' nas universidades e feministas que

atuam nas organizações da sociedade civil e nos movimentos sociais. As publicações, assim como os seminários, são um espaço de mediação desta relação. Para discuti-la é preciso explicitar mais precisamente a compreensão sobre movimentos sociais e movimentos feministas com a qual estou trabalhando.

Entendo os Movimentos Sociais como processos sociais de ação coletiva, que agregam pessoas, grupos e articulações, voltados para alterar uma situação entendida por seus integrantes como problema e como injustiça. Ilse Scherer-Warren,⁶ a partir de Alberto Melucci, indica que Movimentos Sociais são ações coletivas reativas aos contextos histórico-sociais nos quais estão inseridos. Melucci⁷ considera que os movimentos sociais pressupõem valores, objetivos, projetos que indiquem uma utopia em comum, e também a definição de adversários ou situações sistêmicas antagônicas.

Considero o termo “movimento social” apropriado para designar uma movimentação de pessoas e grupos, com uma certa identificação coletiva que lhes confere um sentido de pertencimento, que se mobilizam em torno de um propósito comum que se refira a direitos. Um movimento sabe em torno de qual problema social ele se articula, sabe quem são seus inimigos e adversários, assim como quem são seus aliados no enfrentamento deste antagonismo. Ser um movimento social forte é ter autonomia e projeto político, além de capacidade de crítica, proposição e mobilização em torno dos conflitos que quer enfrentar e dos ideais que quer construir. Neste sentido o movimento feminista tem demonstrado ser um movimento social com momentos de expressão de força, mas também com muitos desafios.

A prática política do movimento feminista e, mais amplamente, do movimento de mulheres tem momentos fortes em que ele aparece na cena pública com reivindicações, protestos, proposições, posicionamentos políticos expressos de forma massiva e contundente; e momentos de menor aparição pública, nos quais segue articulando-se nos bastidores, através de pequenos grupos ou mulheres não grupalizadas mas com atuação em espaços privilegiados para ação pública. Esse processo se desenvolve em meio às ondas de imersão e emersão e ciclos de ascenso e descenso, no qual a existência de movimentos-organizações se mantém pois reinventam o feminismo e, por isso, persistem no tempo para além das conjunturas.⁸ Há momentos de maior movimentação social e momentos em que as organizações permanecem fazendo trabalhos locais de formação, participando de articulações, produzindo subsídios, discutindo problemas, formulando argumentos, etc. O funcionamento cotidiano destas organizações é fundamental para a existência da ação política mais

⁶ SCHERER-WARREN, 2006.

⁷ MELUCCI, 2011.

⁸ Alberto MELUCCI, 2001; Sidney TARROW, 2009.

contundente e pública quando se expressa como movimento social.

Organizar um movimento social exige de pessoas e grupos a sensibilidade de ver, e sentir, algo como sendo uma situação contraditória, problemática, sofrida por si mesma e por outras pessoas; exige também a capacidade de gerar em muitas pessoas a consciência de que esta situação é injusta, uma vez que a ausência de direitos de uns sempre equivale a privilégios de outros; exige ainda a força para agir coletivamente e tornar esta situação um problema público, ou seja, algo que tem de ser assumido pela sociedade e pelo Estado no sentido de seu enfrentamento e superação. Esta perspectiva nos desafia à construção de referências teórico-políticas para pensarmos o fortalecimento do movimento feminista, a partir do crescimento da capacidade de organização de lutas feministas na sociedade brasileira. Isso pressupõe, de antemão, a ampliação da capacidade de produção de conhecimento, de formação, de organização política, de expressão pública com avanços no campo da comunicação e informação.

Podemos nos referir ao movimento feminista no sentido largo, histórico, como um processo de mudança social de longa duração, que comporta várias ondas de movimentação social em determinados tempos e contextos específicos. A partir desta concepção, podemos perceber que toda a sociedade é atingida pelas consignas deste movimento. Ele tem um caráter de crítica civilizatória e um projeto de transformação do mundo em todas as suas estruturas de dominação. Também é possível se adotar a ideia de movimento feminista a partir da sua expressão atual, que ficou conhecida como segunda onda, comportando os diferentes processos de luta feminista que marcaram o seu ressurgimento em fins da década de 60, com as rebeliões juvenis na França e os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos, e se estende até os nossos dias. É possível ainda nos referirmos a um dado processo, restrito no tempo e no espaço, como sendo um movimento feminista, como é o caso do "movimento sufragista" ou da "luta feminista na Constituinte" na década de 1980. As várias formas de entender este movimento são usuais nas falas feministas, mas para pensarmos o fortalecimento do feminismo como movimento social é preciso tomar como objeto as suas lutas e também as suas organizações e articulações políticas.

No senso comum o termo "Movimento Social" aplica-se àquelas organizações que assim se nomeiam, mas estou usando o termo "movimentos sociais" me referindo às lutas e mobilizações sociais e às vezes me referindo às organizações que impulsionam estas lutas. É necessário fazermos esta distinção entre estas duas coisas para podermos discutir o

fortalecimento do movimento feminista a partir de algumas referências empíricas, com certo grau de distinção entre estas duas compreensões.

Um conjunto diversificado de organizações de mulheres impulsiona ações coletivas, a partir de diferentes problemáticas na sociedade, reivindicando, propondo políticas e também conquistando direitos e gerando novas contradições. São grupos de mulheres de pequeno e médio porte, com vínculos de atuação local, regional ou internacional; setoriais de mulheres em organizações mistas; organizações da sociedade civil feministas e núcleos de estudos nas universidades. Além disso, há também organizações formadas por homens e mulheres que fazem trabalhos populares voltados para questão de gênero, e grupos feministas que atuam no interior dos partidos de esquerda e centrais sindicais. Muitas destas organizações, de diferentes tipos, atuam publicamente de forma articulada em redes e fóruns dos movimentos de mulheres, e dentro destes algumas redes, organizações e mulheres individualmente identificam-se como feministas.

Existem, no Brasil, diversos movimentos autônomos de mulheres que têm foco de atuação no plano regional como, por exemplo, o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia – MAMA, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR-NE, Movimento Ibiapabano de Mulheres – MIM, Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense – MNEPA, e Fóruns de Mulheres ligados à Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB em 14 estados da Federação. Existem também outras articulações que têm atuação nacional como a AMB, o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, a Marcha Mundial de Mulheres – MMM, a Rede Feministas de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos. Há também os setoriais de mulheres de movimentos mistos, compostos por ambos os sexos, como a Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores – SNMT-CUT e a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura – CMTR-CONTAG, entre outros. Alguns, entre estes Movimentos, entendem-se como feministas e em todos existem muitas feministas atuando.

O movimento incorpora também uma diversidade de entidades político-profissionais autogestionárias feministas (também chamadas ONGs – Organizações Não Governamentais ou OSCs – Organizações da Sociedade Civil) que têm atuação própria na formação, produção de conhecimento, comunicação e ação política, muitas vezes articuladas a redes nacionais e internacionais feministas. Além disso, existem agrupamentos feministas dentro dos partidos do campo da esquerda e muitas feministas, oriundas da luta social e/ou da

academia, que estão exercendo cargos públicos nos governos do campo democrático e popular, nas secretarias e/ou coordenadorias de políticas para mulheres e em outras áreas de governo. Estas diferentes expressões da prática política feminista demonstram como este movimento se espalhou no *tecido associativo* na sociedade brasileira, colocando a questão do poder em debate a partir das mulheres.

Uma novidade se nos apresenta neste campo organizativo: a força de alguns agrupamentos estaduais do movimento de mulheres (Fóruns de Mulheres ligados à AMB) e o surgimento de movimentos regionais de caráter geral, ou seja, a articulação de grupos de mulheres com atuação local em movimentos regionais no interior de uma unidade federativa, cujas pautas dizem respeito à situação geral das mulheres e não, como foi praxe durante certo período, em torno apenas de uma temática.

Na ação política geral, refletindo sobre o movimento feminista, o *novo* pode ser percebido em grandes manifestações como a Marcha das Margaridas ou a passeata das mulheres na Cúpula dos Povos durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, também chamada Rio + 20. Também podemos ver novidade em processos políticos, articulados nacionalmente, de resistência às mudanças nas políticas públicas de forma a não perder direitos conquistados e/ou para garantir novos direitos, a exemplo da luta dos movimentos de mulheres pela previdência universal e da luta pela paridade entre homens e mulheres nas eleições proporcionais que se articulou em torno da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político. Estes dois exemplos demonstram a capacidade analítica e propositiva do movimento feminista em torno das problemáticas que incidem na vida das mulheres. Mais recentemente, a retomada da luta pela legalização do aborto em novo patamar tem possibilitado novas estratégias, um novo arco de alianças e também novas formas de lutas no contexto de crescimento dos fundamentalismos político-religiosos no Congresso Nacional.

Esta reflexão sobre os movimentos de mulheres, e neles os movimentos feministas, é relevante neste debate sobre publicações feministas por dois motivos. Inicialmente porque o tema “movimentos” e/ou “lutas/questionamentos feministas” deveria ser constante nas publicações, e é em algumas, mas não em todas. Digo que deveria ser pela mediação que são capazes de fazer, entre as temáticas de pesquisa, o feminismo, as lutas das mulheres e os debates públicos na sociedade, o que conferiria maior legitimidade às publicações. A relevância se dá também pelo fato de que

as publicações feministas têm forte incidência na formação política das participantes destes movimentos, de forma direta, ou através das atividades de formação nas quais muitas se engajam. O principal desafio das publicações feministas segue sendo, a meu juízo, articular a produção teórica e as pesquisas feministas às lutas e às formas organizativas que o movimento feminista constrói em cada contexto histórico.

Referências

- ÁVILA, Maria Betânia. "Feminismo, cidadania e transformação social". In: _____. *Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade*. Recife: SOS Corpo, 2001. p. 15-61.
- BRUY, Robert et al. *Sociologia: sua bússola para um novo mundo*. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- CAMURÇA, Silvia. "Nós mulheres e nossa experiência comum". *Cadernos de Crítica Feminista*, Recife: SOS Corpo, ano 1, n. 0, p. 12-25, 2007.
- GROSSI, Miriam Pillar. "A Revista Estudos Feministas faz dez anos: uma breve história do feminismo no Brasil". *Revista Estudos Feministas*, v. 12, número especial, p. 211-221, 2004.
- LOVELL, Terry. "Teoria social feminista". In: TURNER, Bryan S. *Teoria social*. Algés, Portugal: Difel, 1996.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- SCHERER-WARREN, Ilse. "Das mobilizações às redes de movimentos sociais". *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

[Recebido e aprovado em maio de 2013]

Challenges of the Feminist Publications

Abstract: *The occasion from twenty years after the Revista Estudos Feministas I seek articulate the debate about social movement theory and to present some of the challenges are put for feminist publications. Dealing of the challenges related to the recognition and sustainability, for publishing lines and on the relationship between university and movement. I conclude by stating that the main challenge is how to articulate feminist publications of the theoretical production and the feminist research with fights and the forms of organization that the feminist movement builds for each historic context.*

Key Words: *Feminism; Feminist Theory; Social Movements; Feminist Publications.*